



BRASIL: UMA DEMOCRACIA NUM PONTO DE VIRAGEM DA SUA HISTÓRIA

Relatório da deslocação do Grupo Interparlamentar de Amizade França – Brasil a Brasília, Altamira e Belém

12 a 20 de março de 2022

Uma delegação do grupo interparlamentar de amizade França - Brasil deslocou-se, no período compreendido entre 12 e 20 de março 2022, a Brasília, Altamira e Belém. Conduzida por Laurence Cohen, presidente do grupo, a delegação era composta ainda por Louis-Jean de Nicolaÿ, vice-presidente, e Jean Hingray.

Para melhor compreender a evolução da situação política, económica e social do Brasil na perspetiva das próximas eleições presidenciais de outubro de 2022, a delegação empenhou-se em encontrar em Brasília os atores da vida política brasileira, estando extremamente atenta à diversidade e ao pluralismo das diversas entrevistas realizadas.



A delegação com Vinicius Carvalho, presidente do Grupo de Amizade Brasil-França do Congresso Nacional do Brasil, Cleber Verde, deputado do Maranhão, Diego Garcia, deputado do Paraná, e Brigitte Collet, embaixadora da França no Brasil

A delegação encontrou nomeadamente os seus homólogos do Grupo de Amizade Brasil-França do Congresso Nacional do Brasil, encontro que encerrou com uma saudação em sessão pública. Como não podia deixar de ser, uma delegação deste grupo foi convidada a visitar a França e, mais especificamente, o Senado francês, logo que possível.

A delegação foi igualmente recebida em Brasília pelo vice-presidente brasileiro, Hamilton Mourão, e pelo Governador do

Estado do Pará, Hélder Barbalho, aquando da sua deslocação a Belém.



A delegação com Hamilton Mourão, Vice-Presidente do Brasil

A delegação desejou igualmente prosseguir, no decurso da sua visita, os intercâmbios iniciados em novembro de 2021 no decurso de um seminário Web, com os atores da saúde pública no Brasil, dedicando algumas entrevistas à questão da gestão da crise sanitária ligada à Covid-19 no Brasil.

Por último, na sequência da missão anterior do grupo no Brasil em 2018, a delegação concentrou as suas entrevistas e visitas nas questões ambientais, nomeadamente na questão das barragens e dos seus impactos nos ecossistemas e nas populações, na questão da desflorestação e na questão da exploração mineira. A delegação dedicou, por este motivo, o essencial da sua estadia à Amazónia.

Para além dos encontros com as autoridades federais e estatais, assim como com as associações de luta para a preservação do ambiente e para a defesa dos direitos humanos, foi através de dois locais emblemáticos, a barragem de Belo Monte e a zona industrial de Barcarena, que a delegação teve a oportunidade de se dar conta dos impactos da atividade industrial nos ecossistemas e nas populações vizinhas.

I. A democracia brasileira encontra-se numa encruzilhada

Aquando da viagem anterior do Grupo de Amizade em 2018, o Brasil encontrava-se em vésperas de eleições incertas, que deram finalmente vitória ao candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro. Como receavam os movimentos sociais, o seu mandato traduziu-se na anulação dos programas sociais—que só foram reativados a favor da crise da Covid-19 – e na exacerbação da violência contra as oposições.

Obrigado a enfrentar um Congresso onde o seu partido continua a ser minoritário, governa com uma coligação que agora reúne os «3 Bês»: a Bíblia (os evangelistas), o boi (agropecuária) e a bala (o exército), cujas iniciativas apoia contra a legislação ambiental e social, e contra os direitos dos povos autóctones e das comunidades tradicionais.

Quando ainda se encontrava fragilizado pela crise económica de 2015, o Brasil sai exangue da crise económica ligada à Covid-19: 40 % da população brasileira está em situação de pobreza, ou de grande pobreza, 15 milhões de brasileiros e brasileiras sofrem de insegurança alimentar, quando o Brasil tinha saído do «mapa mundial da fome» em 2014. A inflação atinge níveis de dois dígitos (11,3 % num ano em março de 2022), reduzindo consideravelmente o poder de compra das classes médias e anulando os efeitos das ajudas sociais (*Auxílio Brasil*) reativadas de urgência pelo Governo face à crise da Covid. A insuficiência das políticas governamentais é apenas atenuada pela iniciativa dos movimentos sociais: assim, o Movimento dos «Sem-Terra» (MST) distribuiu 6 000 toneladas de alimentos e 1 milhão de refeições em 2021.



A delegação, acompanhada por Brigitte Collet, embaixadora da França no Brasil, com os representantes do MST

A aproximação das eleições presidenciais, previstas para outubro de 2022, reforça o clima autoritário do fim do mandato de Jair Bolsonaro: a violência contra os jornalistas -

atos de violência física, mas sobretudo o ciberassédio – regista um aumento significativo. O presidente brasileiro contesta igualmente, de forma antecipada, os resultados da próxima eleição, através nomeadamente do questionamento do voto eletrónico, em vigor desde 2016.

Numerosos interlocutores com quem a delegação falou, tanto parlamentares como representantes da sociedade civil, manifestaram preocupação relativamente ao desenrolar das próximas eleições presidenciais, incluindo a própria segurança do principal adversário de Jair Bolsonaro, o antigo presidente Luís Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores.

Muitos deles indicaram à delegação o seu desejo de que possam ser nomeados observadores internacionais para zelar pela regularidade deste escrutínio decisivo para o futuro do Brasil.



A delegação acompanhada por Randolfe Rodrigues, Senador do Amapá, e por Rodrigo Agostinho, deputado do Estado de São Paulo

Alguns deputados contactados pela delegação indicaram que, tendo em conta o mandato que agora termina, a prioridade do novo governo deveria ser a reforma do sistema político brasileiro, a começar pela alteração do sistema eleitoral para sair do «tudo proporcional», racionalizar o sistema parlamentar e facilitar a constituição de maiorias de governo que partilhem uma visão política, em lugar de coligações que sobrevivem apenas à custa de interesses setoriais. Defenderam igualmente a implementação de regras que permitam sanear o financiamento da vida política e das campanhas eleitorais. A cooperação interparlamentar com a França sobre o conjunto destas questões seria, no seu entender, muito pertinente.

II. Gestão caótica da crise sanitária ligada à Covid-19

Após dois anos de pandemia, a delegação achou que se impunha a realização do balanço da gestão pelas autoridades brasileiras da crise sanitária ligada à Covid-19. Com efeito, com mais de 650 000 mortos, o Brasil é o terceiro país do mundo mais atingido pelo vírus. As populações mais vulneráveis, nomeadamente as populações autóctones, os habitantes das favelas e as populações negras, pagaram o preço mais elevado da epidemia.

Os interlocutores da delegação manifestaram o seu sentimento de «desperdício» perante a gestão da pandemia pelas autoridades federais: com efeito, embora o país disponha de um sistema de saúde pública reconhecido como sendo razoavelmente eficiente, o seu potencial não foi corretamente explorado e o aparecimento da variante Gama teve um impacto sanitário considerável.

Na falta de uma condução a nível federal, foi a mobilização dos Estados federados, dos municípios e da sociedade civil que permitiu limitar os efeitos nefastos da inação do governo. Assim, a Fiocruz, principal instituição de saúde pública no Brasil, agiu não obstante a falta de liderança política: a instituição coordenou a realização dos testes e das vacinas, apoiou a produção local de vacinas e criou uma rede de vigilância para alertar sobre o aparecimento de novas variantes.



A delegação, acompanhada por Brigitte Collet, embaixadora da França no Brasil, com Nisia Trindade Lima, presidente da Fiocruz

Embora o Governo Bolsonaro tenha difundido, de forma massiva, informações falsas sobre a vacina, o discurso antivacina não influenciou a vontade dos brasileiros de serem vacinados, porque estes têm maioritariamente uma opinião muito positiva da vacinação. Assim, quase 78 % dos brasileiros estão totalmente vacinados e 86 % receberam pelo menos uma dose. Houve, contudo, fortes disparidades geográficas no acesso às vacinas, e vários interlocutores da delegação sublinharam que determinadas comunidades – autóctones ou

tradicionais, como os Quilombolas – tiveram de recorrer aos tribunais para conseguirem fornecimentos da vacina.

Todos os interlocutores da delegação sublinharam o facto de o Governo federal, sob o impulso do próprio Presidente, ter continuamente minimizado a epidemia e recusado a tomada de medidas restritivas, de quarentena, de confinamento ou de uso da máscara. Mais grave ainda, opôs-se às medidas adotadas pelas autoridades dos Estados, não reagiu aos alertas relativos à escassez de oxigénio nos hospitais de Manaus e atrasou as encomendas da vacina.

Assim, a comissão de inquérito criada pelo Senado brasileiro recomendou o indiciamento do Presidente Bolsonaro pela prática de nove crimes, incluindo o crime contra a humanidade. Contudo, é pouco provável que estas recomendações sejam efetivamente seguidas porque o Procurador-Geral, o único que o poderia indiciar, é uma pessoa próxima do Presidente Bolsonaro.

III. A anulação sistemática da proteção do ambiente e dos direitos dos povos autóctones

Desde a sua viagem de 2018, a delegação não pôde deixar de constatar a degradação da política ambiental no Brasil, assim como a dimensão considerável que atingiram os atentados aos direitos das populações autóctones, especialmente na Amazónia.

O Governo Bolsonaro considera que as exigências ambientais são, na realidade, um meio para os países ocidentais imporem constrangimentos económicos ao Brasil e protegerem o seu próprio mercado. Assim, não obstante a reativação do Conselho Nacional da Amazónia Legal e a adoção do plano «Nossa Amazónia» em 2021, é forçoso constatar que as medidas concretas adotadas pelo Governo fragilizam a proteção deste bioma fundamental para a humanidade: diminuição dos meios proporcionados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), suspensão das multas ambientais, regularização massiva das terras ocupadas pelos desflorestadores, medidas a favor do desenvolvimento da prospeção de ouro ou ainda a liberalização da utilização dos pesticidas.

A mesma constatação deve ser feita relativamente à proteção das terras indígenas. Desde 2018, observa-se um aumento significativo dos atos de violência contra as populações autóctones, o enfraquecimento da

Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e a multiplicação de projetos de lei que põem em causa as proteções consagradas na Constituição brasileira para os povos autóctones.

Os interlocutores encontrados pela delegação sublinharam a importância de manter a pressão internacional para a reconstrução da política ambiental no Brasil. Consideraram que um dos desafios das próximas eleições no Brasil consistia em desacreditar o discurso do governo atual, que opõe de forma maniqueísta ambiente e desenvolvimento económico.



A barragem hidroelétrica de Belo Monte, na Volta Grande do Rio Xingu, em Altamira

A visita da barragem de Belo Monte, no município de Altamira, permitiu à delegação confirmar estas constatações: se é compreensível que o Brasil procura explorar o recurso energético renovável que constitui a energia hidroelétrica, é surpreendente verificar que este projeto não tenha dado origem a qualquer construção conjunta com as populações locais e que as magras compensações conseguidas pelos locais só tenham sido possíveis graças à pressão de ações judiciais ou mediáticas.

Ainda hoje, as populações autóctones e vizinhas que viram o seu modo de vida profundamente alterado e os seus meios de subsistência destruídos não foram totalmente indemnizadas, nem beneficiaram de quaisquer repercussões concretas em termos de desenvolvimento económico, sendo-lhes

mesmo inacessível a eletricidade por ser demasiado cara!



A delegação ao encontro dos moradores da zona industrial de Barcarena

O local de Barcarena, situado na foz do Rio Tocantins, é emblemático do comportamento inadmissível de determinadas empresas estrangeiras no Brasil e da falta de controlo real por parte das autoridades locais. Às expulsões sem indemnização e à falta de repercussões económicas para as populações locais somam-se aqui os atentados à saúde por causa da poluição da água e do ar, devido a acidentes industriais recorrentes que, no entanto, não dão origem a sanções nem à retirada da licença por parte das autoridades locais. Tendo em conta o envolvimento especial de uma empresa francesa, estão em curso diversas medidas a esse respeito (carta e pedido de aplicação do «dever de diligência» recentemente introduzido no direito da União.)

Crise social, política, ecológica: o Brasil enfrenta um momento decisivo da sua história. Os resultados das eleições gerais de outubro de 2022 serão determinantes para o futuro da democracia brasileira e para o futuro do pulmão do nosso planeta que é a Amazônia. O Grupo de Amizade seguirá com atenção a evolução daí resultante.

Composição da delegação



Laurence COHEN

Presidente do Grupo de Amizade
Senadora do Val-de-Marne
(CRCE)



Louis-Jean de NICOLAÏ

Vice-presidente do Grupo de Amizade
Senador da Sarthe
(Les Républicains)



Jean HINGRAY

Membro do Grupo de Amizade
Senador de Vosges
(UC)

Composição do Grupo de Amizade: http://www.senat.fr/groupe-interparlementaire-amitie/ami_576.html